

**HABEAS CORPUS Nº 493.946 - SP (2019/0046202-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : KALED LAKIS  
**ADVOGADO** : KALED LAKIS - SP0128499  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : RAFAEL HENRIQUE FERREIRA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de RAFAEL HENRIQUE FERREIRA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido no julgamento da Apelação n. 0023422-29.2015.8.26.0050.

Consta dos autos que o paciente foi condenado em primeiro grau à pena de 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime fechado, mais pagamento de e 23 (vinte e três) dias-multa, pela prática do crime descrito no art. 180, *caput*, do Código Penal (receptação).

Irresignada, a defesa apelou perante o Tribunal de origem, o qual negou provimento ao recurso em acórdão assim ementado (fl. 26):

*APELAÇÃO CRIMINAL. RECEPÇÃO ART. 180, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL. Absolução por falta de provas inocorrência - materialidade e autorias delitivas comprovadas bem encontrado na posse do recorrente, que não apresentou justificativa plausível em relação à posse de objeto de origem espúria - conduta do réu e circunstâncias do crime que indicam que sabia da origem ilícita do bem que tinha em sua posse inviável a desclassificação para a forma culposa. Correto a aumento da base natureza do bem receptado (automóvel) que deve ser considerada na primeira fase da dosimetria como circunstância judicial negativa. Regime fechado viabilidade presença da reincidência. Recurso desprovido.*

No presente *mandamus*, pretende o impetrante, em sede liminar e no mérito, a concessão da ordem "*para fixar o regime inicial aberto ou semiaberto, para início de cumprimento de pena*" (fl. 24)

Brevemente relatado, decido.

Diante do novel posicionamento jurisprudencial do STF e desta Corte onde não deve ser conhecido o *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, tenho por

prudente determinar o processamento do feito somente para verificação da existência de eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Em uma análise preliminar dos autos, não vislumbro a presença conjunta do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requisitos necessários para a concessão da medida liminar.

Ademais, a matéria ora ventilada implica o exame da idoneidade e razoabilidade dos fundamentos adotados pelas instâncias ordinárias, providência inviável em análise inicial dos autos. Por se tratar de antecipação meritória, a alegação deve ser analisada pelo douto Colegiado, no momento oportuno e após manifestação do Ministério Público Federal.

Diante do exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações atualizadas à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator